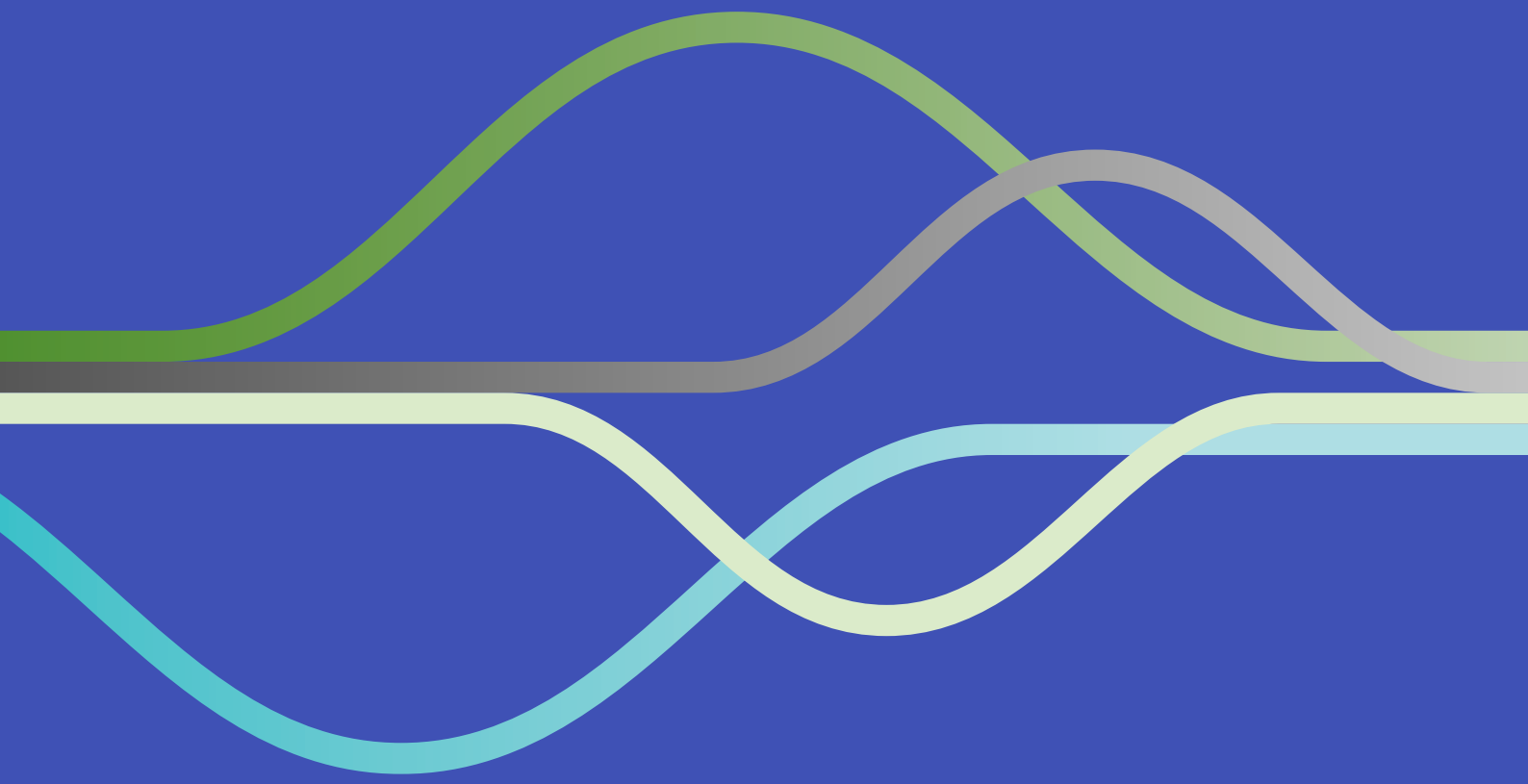
CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral 26

Informação reportada ao primeiro trimestre de 2015



ccdrc comissão de coordenação e desenvolvimento regional do centro

ÍNDICE

4 Enquadramento Nacional

6 Mercado de Trabalho

10 Desemprego Registado

11 Empresas

12 Comércio Internacional de Bens

14 Turismo

15 Construção e Habitação

16 Preços e Consumo Privado

18 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

ccdrc comissão de coordenação e desenvolvimento regional do centro

26

Boletim trimestral

Informação reportada ao primeiro trimestre de 2015

FICHA TÉCNICA

Editor
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição
Junho de 2015

ISSN
2182-6579

boletimtrimestral@ccdrc.pt
www.ccdrc.pt

Alguma da informação conjuntural encontra-se também em http://datacentro.ccdrc.pt

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO e PORTUGAL

O Produto Interno Bruto nacional registou o maior aumento desde o final de 2010, tendo aumentado 1,5%. As exportações e as importações de bens e serviços aumentaram mas apenas as exportações registaram uma aceleração. Mantiveram-se os sinais de recuperação do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a fixar-se em 13,7% em Portugal. As expectativas dos consumidores voltaram a melhorar e a confiança dos empresários continuou positiva.

Na Região Centro, o mercado de trabalho voltou a registar uma ligeira retração. Os valores regionais da população ativa, empregada e desempregada apresentavam-se muito próximos dos registados um ano antes, tendo existido, no entanto, um agravamento da taxa de desemprego, que se fixou em 11,1%, neste trimestre. Apesar disto, o Centro continuou a ser a região com menor taxa de desemprego no país.

No setor empresarial continuaram a verificar-se sinais de dificuldades financeiras que se traduziram num aumento do grau de incumprimento e numa diminuição dos empréstimos bancários obtidos. Relativamente à dinâmica das empresas e dos empresários, verificou-se um aumento das novas empresas constituídas e uma diminuição das ações de insolvência. O ramo da construção continuou a evidenciar dificuldades na sua atividade, quer ao nível do licenciamento como da construção. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, observou-se um crescimento homólogo das exportações e das importações de bens.

Até ao final de março de 2015, estavam aprovados 6,5 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, para comparticipação de projetos com um investimento previsto na região de 10,8 milhões de euros. A região mantém-se como a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do país.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, a aprovação de 4.409 operações envolvia uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, o que reflete uma gestão de *overbooking*. A taxa de execução do Mais Centro era, nesta data, de 85,6%.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto nacional aumentou 1,5%, sendo o maior aumento desde o final de 2010. As exportações e as importações de bens e serviços aumentaram mas apenas as exportações registaram uma aceleração, neste trimestre. Mantiveram-se os sinais de recuperação do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego nacional a fixar-se em 13,7%. As expectativas dos consumidores voltaram a melhorar e a confiança dos empresários continuou positiva.

1,5%
foi o acréscimo homólogo do PIB e

6,8%
o aumento das exportações

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
PIB[1]	v. h. (%)	1,5	0,6	1,2	0,9	0,9	0,9	-1,6
Procura interna	v. h. (%)	1,5	1,6	2,3	1,6	3,1	2,1	-2,5
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,5	2,0	2,8	1,8	2,1	2,2	-1,5
Taxa de investimento	%	16,0	15,6	15,7	15,3	15,0	15,4	15,2
Exportações	v. h. (%)	6,8	4,9	2,9	2,0	3,3	3,3	6,4
Importações	v. h. (%)	6,6	7,4	5,4	3,9	9,1	6,4	3,9
VAB	v. h. (%)	0,9	0,3	0,9	0,9	0,7	0,7	-1,2
Taxa de desemprego	%	13,7	13,5	13,1	13,9	15,1	13,9	16,2
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	-0,1	-0,1	-0,5	-0,3	-0,1	-0,3	0,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-19,2	-22,4	-24,6	-27,6	-30,8	-26,3	-48,7
Indicador de clima económico	%	0,4	0,4	0,6	0,1	-0,5	0,2	-2,5
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,127	1,249	1,325	1,371	1,370	1,329	1,328
	v. h. (%)	-17,7	-8,2	0,0	4,9	3,7	0,1	3,3

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

No primeiro trimestre de 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresceu 1,5% em volume face ao trimestre homólogo[2], segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), traduzindo-se no maior aumento desde o terceiro trimestre de 2010. Este crescimento deveu-se ao aumento da procura interna e externa.

A procura interna cresceu 1,5% neste trimestre, acréscimo inferior em 0,1 pontos percentuais (p.p.) ao observado no trimestre anterior. Esta ligeira desaceleração deveu-se essencialmente à evolução do investimento, que diminuiu em termos homólogos (apesar do seu peso no produto interno bruto, ou seja, a taxa de investimento ter aumentado). Já as despesas de consumo final das famílias cresceram 2,5%, refletindo uma melhoria face ao trimestre homólogo.

[1] Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

[2] Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

No que respeita à procura externa, as exportações de bens e serviços registaram o maior aumento homólogo desde o final de 2013 (6,8%), em resultado da aceleração das exportações quer de bens como de serviços, que cresceram 7,9% e 4,0%, respetivamente. As importações de bens e serviços aumentaram 6,6%, crescimento inferior ao do trimestre anterior e que foi resultado do abrandamento das importações de bens e de igual crescimento das importações de serviços.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado registou uma variação homóloga positiva e mais significativa do que no trimestre anterior (0,9%). Pela primeira desde o final de 2007, o VAB do ramo da "construção" verificou um acréscimo homólogo (7,6%). O VAB da indústria registou uma diminuição homóloga ligeira de 0,1%.

O mercado de trabalho nacional tem evidenciado nos últimos dois anos alguns sinais de recuperação. Neste trimestre, a taxa de desemprego foi de 13,7%, ou seja, mais 0,2 p.p. do que no trimestre anterior mas menos 1,4 p.p. do que no homólogo. Estimavam-se 712,9 mil indivíduos desempregados no país, o que traduz um aumento trimestral de 14,6 mil indivíduos e uma redução homóloga mais expressiva de 75,2 desempregados.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou uma ligeira diminuição homóloga, semelhante à do trimestre anterior (-0,1%). As classes que contribuíram para esta diminuição dos preços foram "transportes"; "vestuário e calçado"; "lazer, recreação e cultura" e "bens e serviços diversos". As restantes oito classes de bens do IPC registaram aumentos do nível dos preços, destacando-se com maiores crescimentos a das "bebidas alcoólicas e tabaco" e "comunicações".

As expectativas dos consumidores tornaram-se menos negativas, voltando a registar um mínimo histórico em termos médios trimestrais, e a confiança dos empresários continuou positiva, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores[3] e pelo indicador de clima económico[4], ambos do INE.

Por último, a taxa de câmbio[5] do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu de forma significativa face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma desvalorização do euro, o que se traduz numa diminuição do valor das exportações nacionais nos mercados extracomunitários (dado que igual quantidade de bens exportados tem agora um preço mais reduzido).

[3] O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

[4] O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

[5] A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

No primeiro trimestre de 2015, os valores regionais da população ativa, empregada e desempregada apresentavam-se muito próximos dos registados um ano antes, tendo existido um ligeiro agravamento da taxa de desemprego. De salientar, os custos do trabalho que conheceram, neste trimestre, um acréscimo homólogo real significativo.

11,1%

foi a taxa de desemprego regional

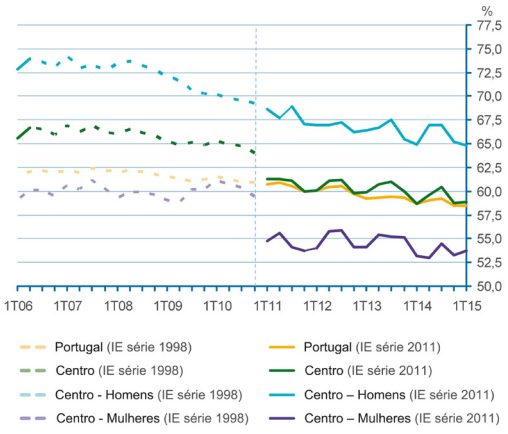
6%

foi o crescimento homólogo real do índice do custo de trabalho da região

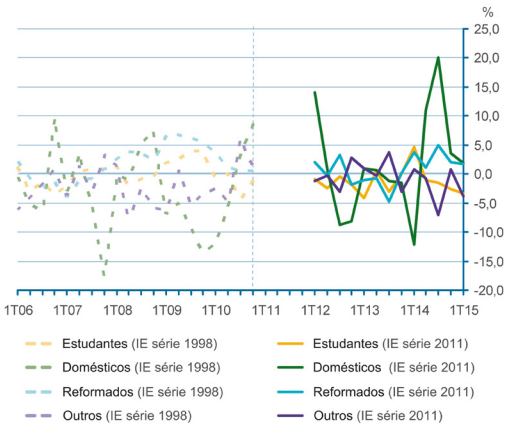
Segundo os dados do inquérito ao emprego[6] divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, a taxa de atividade da população em idade ativa[7] era de 58,9% na Região Centro, no primeiro trimestre de 2015, tendo aumentado face ao trimestre anterior e face ao trimestre homólogo. Este valor era ligeiramente superior à média nacional (58,5%). A taxa de atividade dos homens foi de 64,8% e a das mulheres de 53,7%.

A população ativa[8] da Região Centro era de 1.158,0 mil indivíduos neste trimestre, tendo-se registado um ligeiro decréscimo face ao mesmo período do ano anterior (-0,1%). Também o número de inativos[9] foi inferior ao do trimestre homólogo (-1,4%), evolução que foi induzida pelos estudantes e outros inativos e contrariada pelos domésticos e reformados.

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)[10]



[6] No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

[7] A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

[8] Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

[9] A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

[10] A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
							média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	58,5	58,5	59,2	59,0	58,7	58,9	59,3
Centro	%	58,9	58,8	60,4	59,6	58,7	59,4	60,4
	v. h. (p.p.)	0,2	-1,2	-0,6	-1,1	-1,2	-1,0	-0,9
População ativa – Centro	milhares	1 158,0	1 157,9	1 189,6	1 175,0	1 158,6	1 170,3	1 196,1
	v. h. (%)	-0,1	-2,4	-1,5	-2,3	-2,5	-2,2	-0,8
População inativa – Centro	milhares	1 101,2	1 106,3	1 078,6	1 096,9	1 117,1	1 099,7	1 092,0
	v. h. (%)	-1,4	0,9	0,0	0,9	1,0	0,7	-0,7
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	179,6	173,2	160,4	180,2	185,7	174,9	175,0
	v. h. (%)	-3,3	-2,5	-1,5	-1,0	4,7	-0,1	-1,6
Domésticos	milhares	101,4	102,5	109,8	107,8	99,6	104,9	100,2
	v. h. (%)	1,8	3,6	20,0	11,0	-12,1	4,7	-0,2
Reformados	milhares	373,4	369,6	365,8	350,3	367,3	363,3	352,7
	v. h. (%)	1,7	2,1	5,0	1,2	3,7	3,0	-1,6
Outros	milhares	446,8	461,0	442,6	458,5	464,5	456,7	464,1
	v. h. (%)	-3,8	0,8	-7,1	-0,7	0,8	-1,6	0,3

No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para a série de 1998 e de 2011 da taxa de atividade, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

[11] A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

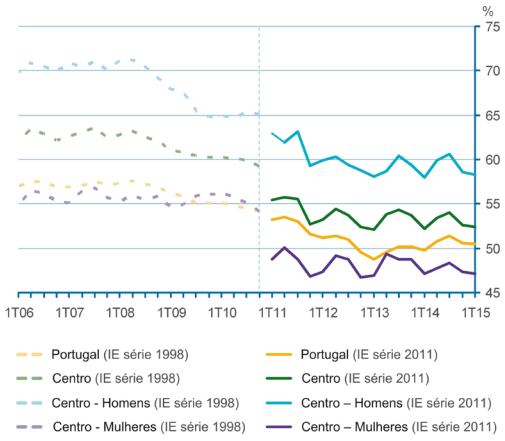
[12] Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

No primeiro trimestre de 2015, a taxa de emprego[11] da Região Centro foi de 52,4%, tendo aumentado ligeiramente (0,2 p.p.) face ao trimestre homólogo. Este valor manteve-se acima da taxa média do país (50,5%).

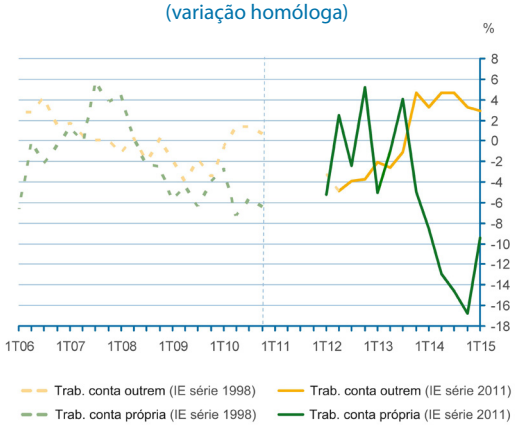
Estavam empregados na região 1.029,6 mil indivíduos neste trimestre, menos 0,1% do que no trimestre homólogo. Para esta evolução, o que mais contribuiu foi a diminuição das mulheres empregadas (-0,3%), dos empregados dos 25 aos 44 anos (-0,7%) e dos empregados no setor da "agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" (-8,3%).

A ligeira retração do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta própria, que diminuíram 9,4%, uma vez que os trabalhadores por conta de outrem aumentaram 3,0%. O aumento dos trabalhadores por conta de outrem resultou do acréscimo homólogo dos contratos sem termo (3,7%), do trabalho a tempo completo (3,4%) e dos trabalhadores com o ensino superior (14,4%). Para a retração dos trabalhadores por conta própria tanto contribuíram os trabalhadores isolados (-10,0%), como os empregadores (-7,4%).

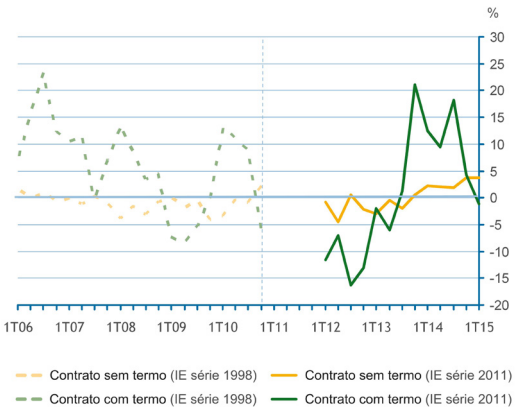
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



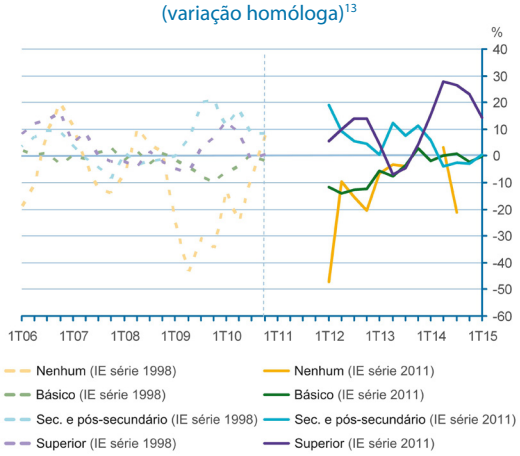
População empregada no Centro por situação na profissão[12] (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)[13]



Quadro 3 – Emprego		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
							média trimestral	
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	50,5	50,6	51,4	50,8	49,8	50,7	49,7
Centro	%	52,4	52,6	54,0	53,4	52,2	53,0	53,5
	v. h. (p.p.)	0,2	-1,1	-0,3	-0,4	0,1	-0,5	0,1
População empregada – Centro	milhares	1 029,6	1 034,4	1 064,5	1 053,2	1 031,0	1 045,8	1 059,2
	v. h. (%)	-0,1	-2,5	-1,0	-1,2	-0,4	-1,3	-0,5
Homens	v. h. (%)	0,0	-2,1	-0,6	1,2	-0,9	-0,6	-1,5
Mulheres	v. h. (%)	-0,3	-3,0	-1,4	-3,7	0,3	-1,9	0,6
15 - 24 anos	v. h. (%)	1,4	3,5	7,0	-4,3	-4,4	0,6	2,5
25 - 44 anos	v. h. (%)	-0,7	-2,1	-1,3	3,6	2,1	0,5	-1,7
45 anos ou mais	v. h. (%)	0,2	-3,5	-1,5	-4,9	-2,2	-3,1	0,3
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-8,3	-20,6	-14,8	-16,0	-15,6	-16,6	-4,5
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	8,6	9,7	11,0	7,9	4,2	8,2	-6,2
Serviços	v. h. (%)	-2,1	-2,8	-1,9	-0,4	2,0	-0,8	3,3
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	779,3	787,4	787,9	776,0	756,9	777,0	747,3
	v. h. (%)	3,0	3,2	4,7	4,7	3,3	4,0	-0,3
Contratos sem termo	v. h. (%)	3,7	3,8	1,9	2,1	2,2	2,5	-1,2
Contratos com termo	v. h. (%)	-1,1	4,2	18,3	9,5	12,5	11,0	3,0
Tempo completo	v. h. (%)	3,4	4,1	5,8	5,3	3,4	4,7	-0,2
Tempo parcial	v. h. (%)	-2,1	-5,8	-6,9	-2,4	1,7	-3,6	-1,9
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	-21,0	3,3	§	-7,9	-11,9
Básico	v. h. (%)	-0,1	-2,2	0,7	0,2	-2,0	-0,8	-3,6
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	0,4	-2,8	-2,5	-3,8	5,7	-0,9	7,8
Superior	v. h. (%)	14,4	23,0	26,4	28,0	15,4	23,1	-0,9
Trabalhadores por conta própria	milhares	243,1	242,8	268,6	272,1	268,3	262,9	302,9
	v. h. (%)	-9,4	-16,8	-14,6	-12,9	-8,5	-13,2	-1,8
Isolados	v. h. (%)	-10,0	-15,3	-15,0	-13,1	-10,1	-13,4	-1,9
Empregadores	v. h. (%)	-7,4	-21,9	-13,1	-12,4	-2,6	-12,5	-1,4

§: Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado
x: Dado não disponível

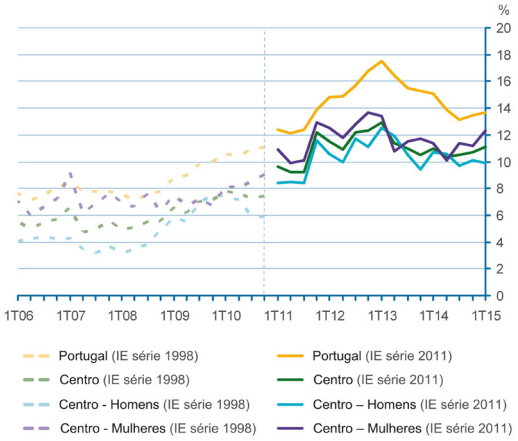
A taxa de desemprego[14] regional aumentou face ao trimestre homólogo e ao trimestre anterior, fixando-se em 11,1% na Região Centro e em 13,7% no país. O Centro continuou a ser a região com menor taxa de desemprego em Portugal. Neste trimestre, a taxa de desemprego das mulheres permaneceu superior à dos homens (12,3% contra 9,9%) e o escalão etário dos 15 aos 24 anos continuava a ser o mais atingido, com a taxa de desemprego jovem a registar 29,8%.

[13] Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

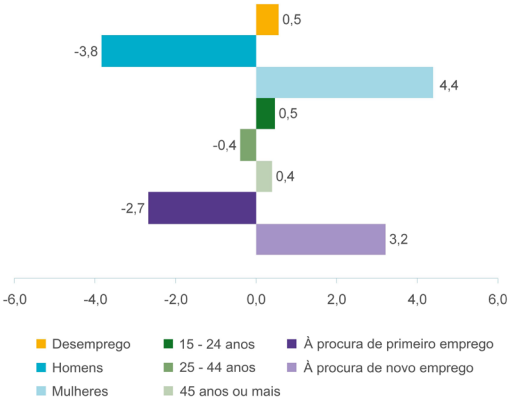
[14] A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Na região, encontravam-se desempregados 128,3 mil indivíduos, o que corresponde a um aumento homólogo de 0,5%. Das categorias de desempregados analisadas, verificaram-se acréscimos homólogos nas mulheres, nos escalões etários dos 15 aos 24 anos e dos 45 anos ou mais, nos desempregados à procura de novo emprego e nos desempregados que procuram emprego há 12 meses ou mais. Os desempregados que procuram o seu primeiro emprego conheceram, neste trimestre, um decréscimo homólogo considerável (-19,1%), bem como os desempregados há menos de 12 meses (-13,7%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
							média trimestral	
Taxa de desemprego								
Portugal	%	13,7	13,5	13,1	13,9	15,1	13,9	16,2
Centro	%	11,1	10,7	10,5	10,4	11,0	10,6	11,4
	v. h. (p.p.)	0,1	0,2	-0,5	-1,0	-1,9	-0,8	-0,3
Homens	%	9,9	10,1	9,7	10,6	10,7	10,3	11,1
Mulheres	%	12,3	11,2	11,4	10,1	11,4	11,0	11,8
15 - 24 anos	%	29,8	25,8	28,8	28,8	29,4	28,2	31,6
25 - 44 anos	%	12,4	11,9	12,4	11,4	12,4	12,0	13,2
45 anos ou mais	%	7,4	7,4	6,0	7,0	7,3	6,9	7,1
População desempregada – Centro	milhares	128,3	123,5	125,1	121,8	127,6	124,5	145,5
	v. h. (%)	0,5	-0,9	-5,5	-11,2	-16,8	-14,4	-3,9
Homens	v. h. (%)	-7,6	6,1	-9,5	-11,7	-17,1	-16,0	0,8
Mulheres	v. h. (%)	8,8	-7,0	-1,4	-10,6	-16,6	-12,7	-8,6
15 - 24 anos	v. h. (%)	2,9	-13,2	-11,8	-8,1	-23,3	-14,4	-17,8
25 - 44 anos	v. h. (%)	-0,8	2,8	-0,6	-18,3	-17,2	-9,3	-1,4
45 anos ou mais	v. h. (%)	1,2	0,5	-9,5	0,5	-12,3	-5,4	5,1
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-19,1	20,2	-7,0	5,1	4,1	3,7	-11,9
À procura de novo emprego	v. h. (%)	3,7	-3,3	-5,2	-13,0	-19,4	-10,8	-1,8
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-13,7	-6,4	-16,3	-30,5	-19,0	-18,7	-16,5
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	11,5	2,8	2,6	4,2	-15,0	-1,8	10,2

O salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro aumentou 2,2% em termos homólogos reais, situando-se nos 761 euros, abaixo da média nacional de 824 euros. Este acréscimo homólogo real foi inferior ao registado no país (2,8%).

O índice de custo do trabalho[15] registou um acréscimo homólogo real na Região Centro (6%) e no país (4,4%), situação que já não ocorria desde o primeiro trimestre de 2014. Para esta evolução contribuiu tanto a componente dos custos salariais, como dos custos não salariais (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social).

[15] O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
							média trimestral	
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	824	818	818	812	802	813	808
	v. h. real (%)	2,8	1,2	1,7	1,3	-0,6	0,9	-0,9
Centro	€	761	762	759	759	745	756	754
	v. h. real (%)	2,2	2,3	-0,3	1,0	-0,5	0,5	-1,2
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	4,4	-3,3	-1,1	-1,4	3,6	-0,7	-1,2
Centro	v. h. real (%)	6,0	-2,2	-1,3	-2,4	2,9	-0,9	-1,2

* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

DESEMPREGO REGISTADO

No primeiro trimestre de 2015, ocorreu um decréscimo homólogo de 15,4% nos desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro. Para esta evolução, terá contribuído o crescimento homólogo das colocações do IEFP e o decréscimo homólogo dos novos desempregados.

394

novos desempregados inscritos em média, por dia, nos centros de emprego regionais

15

colocações diárias a mais do que em igual período do ano anterior realizadas, em média, pelo IEFP

Os desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro ascendiam, no primeiro trimestre de 2015, a 106,7 mil. Este valor reflete uma diminuição de 15,4% face a igual período do ano anterior, mantendo-se a tendência de decréscimo homólogo que já se verificava há seis trimestres consecutivos. Face ao trimestre anterior registou-se, no entanto, um ligeiro aumento.

Para este desempenho contribuiu o crescimento homólogo das colocações efetuadas pelo IEFP (14,6%), registando-se cerca de 114 colocações médias por dia, ou seja, mais 15 colocações diárias do que em igual período do ano anterior. Também os novos desempregados diminuíram em termos homólogos (-2,9%), existindo, em média, neste trimestre, 394 novos desempregados por dia nos centros de emprego da região.

Quadro 6 – Desemprego Registado		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	106,7	106,5	111,3	113,3	126,1	114,3	129,9
	v. h. (%)	-15,4	-14,6	-13,0	-13,6	-7,2	-12,0	6,1
Novos desempregados**	milhares	35,5	37,4	38,4	29,8	36,5	35,5	39,0
	v. h. (%)	-2,9	-8,7	-9,1	-10,6	-7,5	-8,9	-1,4
Colocações do IEFP**	milhares	10,2	8,8	9,9	8,9	8,9	9,1	7,4
	v. h. (%)	14,6	20,1	9,9	25,6	41,3	22,8	39,8

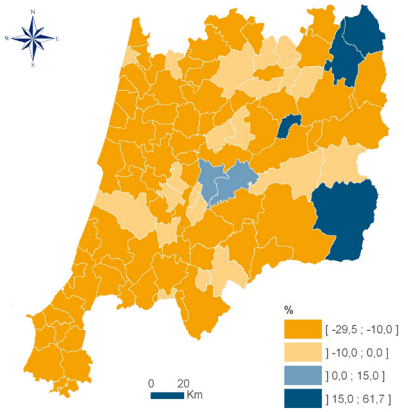
* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Neste trimestre, em 94 dos 100 municípios da região verificou-se uma diminuição homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego, tendo as maiores reduções homólogas ocorrido em Alenquer (-29,5%), Gouveia e Sobral de Monte Agraço (-29%). Apenas em seis municípios o número de desempregados aumentou face a igual período do ano anterior: Manteigas (61,7%), Figueira de Castelo Rodrigo (22,2%), Idanha-a-Nova (18,7%), Pinhel (18,3%), Pampilhosa da Serra (3,8%) e Góis (1,7%).

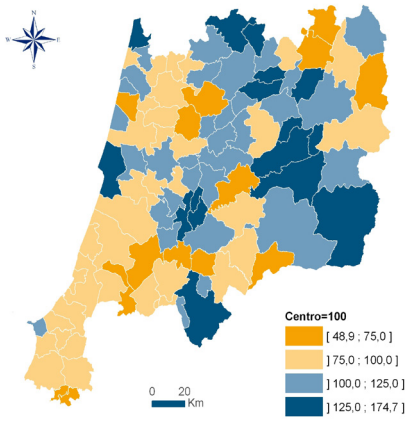
[16] O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $[(\text{desemprego registado})_i/(\text{população média residente 15-64 anos})_i]/ [(\text{desemprego registado})_{RC} /(\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}]*100$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2013.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), neste trimestre, 52 municípios apresentavam uma situação mais favorável que a média regional, ou seja índices de disparidade[16] inferiores a 100. O valor mínimo deste indicador voltou a ocorrer no município de Meda (48,9%). Com índices bastante superiores à média regional (acima de 140%), destacavam-se Castanheira de Pera, Manteigas, Idanha-a-Nova, Belmonte, Figueiró dos Vinhos, Vila Nova de Paiva e Celorico da Beira.

Variação homóloga do desemprego registado no primeiro trimestre de 2015



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no primeiro trimestre de 2015[16]



EMPRESAS

24

empresas constituídas por dia na região

5

ações de insolvência por dia na região

No primeiro trimestre de 2015, assistiu-se na Região Centro ao aumento das empresas constituídas e à diminuição das ações de insolvência, face ao período homólogo. No entanto, continuam a manter-se os sinais de dificuldades financeiras, traduzidos pelo aumento do grau de incumprimento das empresas e pela diminuição dos empréstimos obtidos.

Neste trimestre foram constituídas 2.134 empresas na Região Centro, o que equivale a um aumento de 17,5% face a igual período do ano anterior e a um crescimento bastante acima da média nacional (12,9%). Em termos médios, foram criadas 130 novas empresas por dia no país, das quais 24 tinham sede na Região Centro.

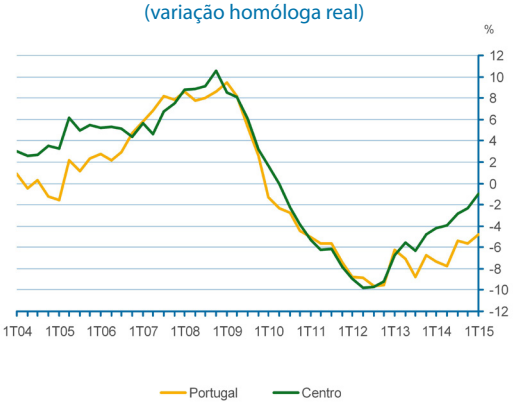
As ações de insolvência[17] voltaram a diminuir em termos homólogos, tendo desacelerado face aos trimestres anteriores. Esta diminuição foi mais expressiva na região (-6,3%) do que no país (-5,4%). Em média, neste trimestre, ocorreram 24 ações de insolvência por dia em Portugal, 5 das quais relativas a empresas sedeadas na Região Centro.

Os empréstimos concedidos a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de diminuição homóloga real verificada nos últimos anos, notando-se, no entanto, o abrandamento do ritmo dessa diminuição. A redução ocorrida na Região Centro (-1%) foi, como vem sendo habitual, inferior à observada a nível nacional (-4,8%).

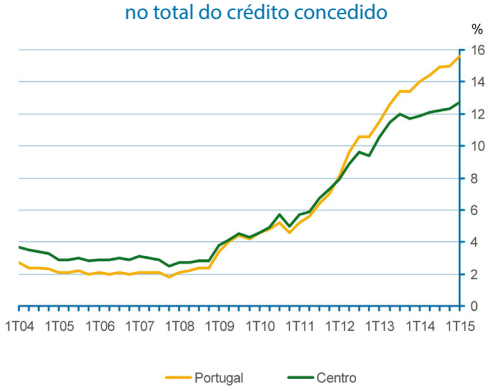
Quanto ao incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, verificou-se um novo aumento, tanto em termos médios nacionais como na região, voltando-se a registar máximos históricos: 12,7% na Região Centro e 15,6% em Portugal.

[17] A IGNIOS – Gestão Integrada de Risco, S.A. disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
							média trimestral	
Empresas constituídas								
Portugal	número	11 672	8 705	7 696	8 352	10 334	8 772	8 648
	v. h. (%)	12,9	11,5	7,5	6,4	-12,3	1,4	14,4
Centro	número	2 134	1 416	1 266	1 423	1 816	1 480	1 522
	v. h. (%)	17,5	10,1	0,6	1,5	-15,2	-2,8	13,2
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	87 096	86 876	88 209	89 600	91 554	89 060	95 591
	v. h. real (%)	-4,8	-5,7	-5,4	-7,8	-7,4	-6,6	-7,2
Centro	milhões €	15 220	15 031	15 090	15 383	15 389	15 223	15 794
	v. h. real (%)	-1,0	-2,4	-2,8	-3,9	-4,2	-3,3	-5,9
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	15,6	15,0	14,9	14,4	14,0	14,6	12,7
Centro	%	12,7	12,3	12,2	12,1	11,9	12,1	11,4
Ações de insolvência								
Portugal	número	2 168	1 793	926	2 206	2 292	1 804	2 243
	v. h. (%)	-5,4	-18,6	-51,8	-11,0	-3,3	-19,6	5,5
Centro	número	417	330	172	459	445	352	466
	v. h. (%)	-6,3	-26,8	-53,3	-16,4	-9,9	-24,5	3,6

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No primeiro trimestre de 2015, tanto as saídas como as entradas de bens aumentaram em termos homólogos reais na Região Centro, acompanhando, ambos os casos, a tendência do país.

7,1%
foi o crescimento homólogo real das saídas de bens da região e

1,8%
o das entradas de bens

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real[18] de 7,1%, valor ligeiramente inferior à média nacional de 7,3%. Ambos os mercados intra e extracomunitários contribuíram para esta evolução, sendo, no entanto, o aumento do mercado intracomunitário mais expressivo (8,7% na região e 8,6% no país).

Considerando as saídas da região por grupos de produtos, dados pelas doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais[19] da Região Centro, verificaram-se acréscimos homólogos reais em nove grupos, tendo os mais significativos ocorrido nos grupos "pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras" (20,2%) e "máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de

[18] As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

[19] As secções da Nomenclatura Combinada analisadas foram escolhidas em função dos montantes transacionados durante o ano de 2010, no que toca quer a saídas quer a entradas e encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios" (14,8%). Dos grupos com decréscimos homólogos, destaca-se o dos "Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas" (-4,9%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
							média trimestral	
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	12 169,6	12 489,4	11 807,1	12 173,6	11 707,1	12 044,3	11 825,7
	v. h. real (%)	7,3	5,9	2,6	0,1	3,0	2,9	5,6
Intracomunitárias	milhões €	8 929,8	8 652,8	8 288,9	8 726,7	8 492,1	8 540,1	8 316,9
	v. h. real (%)	8,6	4,8	3,4	2,2	4,5	3,7	4,5
Extracomunitárias	milhões €	3 239,9	3 836,5	3 518,2	3 446,9	3 215,0	3 504,2	3 508,8
	v. h. real (%)	4,1	8,4	0,8	-4,8	-0,8	0,9	8,1
Centro	milhões €	2 379,7	2 374,5	2 200,6	2 365,5	2 295,2	2 308,9	2 227,7
	v. h. real (%)	7,1	6,5	3,1	2,8	6,4	4,7	4,2
Intracomunitárias	milhões €	1 866,7	1 761,4	1 654,3	1 822,0	1 772,8	1 752,6	1 675,3
	v. h. real (%)	8,7	7,6	4,3	4,2	6,6	5,7	3,5
Extracomunitárias	milhões €	513,0	613,0	546,2	543,5	522,3	556,3	552,4
	v. h. real (%)	1,4	3,3	-0,3	-1,5	5,9	1,7	6,4
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	14 138,3	15 188,8	14 760,7	14 567,2	14 337,1	14 713,5	14 253,2
	v. h. real (%)	4,2	5,3	5,2	4,2	10,0	6,1	3,6
Intracomunitárias	milhões €	11 039,4	11 567,5	10 803,9	10 809,7	10 797,6	10 994,7	10 265,2
	v. h. real (%)	8,0	5,9	9,2	8,4	17,9	10,1	4,4
Extracomunitárias	milhões €	3 098,9	3 621,3	3 956,8	3 757,5	3 539,5	3 718,8	3 988,0
	v. h. real (%)	-7,5	3,6	-4,5	-6,2	-8,7	-4,1	1,6
Centro	milhões €	1 820,5	1 843,9	1 766,9	1 858,1	1 889,2	1 839,5	1 791,3
	v. h. real (%)	1,8	-0,9	4,9	4,1	15,2	5,6	7,8
Intracomunitárias	milhões €	1 520,0	1 585,7	1 472,1	1 572,6	1 584,3	1 553,7	1 537,8
	v. h. real (%)	1,4	-2,3	1,0	3,0	15,1	3,9	8,9
Extracomunitárias	milhões €	300,5	258,2	294,8	285,5	304,9	285,8	253,5
	v. h. real (%)	4,1	8,1	30,2	10,8	15,8	15,9	1,6

* Os valores de 2013 são definitivos, os de 2014 são provisórios e os de 2015 são preliminares sendo revistos trimestralmente.
Os dados do comércio internacional foram deflacionados com nova informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.
A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

As entradas de bens na Região Centro aumentaram 1,8% em termos homólogos reais, acompanhando a tendência nacional (4,2%). Para esta evolução regional contribuiu tanto o mercado intracomunitário, como o extracomunitário, ao apresentarem crescimentos reais de 1,4% e 4,1%, respetivamente, face a igual período do ano anterior.

Em termos dos grupos de produtos com maior importância nas entradas na região, sete registaram variações reais homólogas positivas, destacando-se com os maiores acréscimos os "plástico e suas obras; borracha e suas obras" (13,4%). Nos restantes cinco grupos ocorreram variações reais homólogas negativas, com realce para a evolução dos "produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas" (-18,1%).

TURISMO

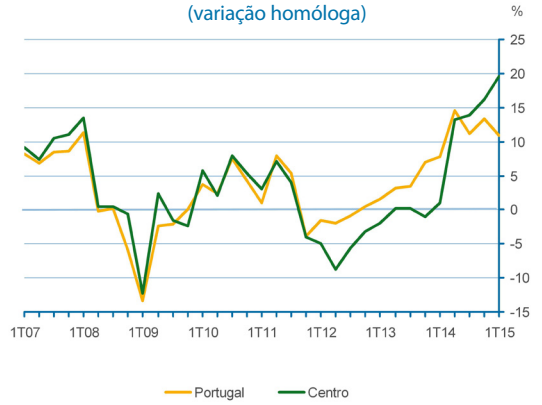
A Região Centro, no primeiro trimestre de 2015, conseguiu captar, face a igual período do ano anterior, mais hóspedes, mais dormidas e gerar mais proveitos.

19,5%
foi o crescimento homólogo dos hóspedes na região

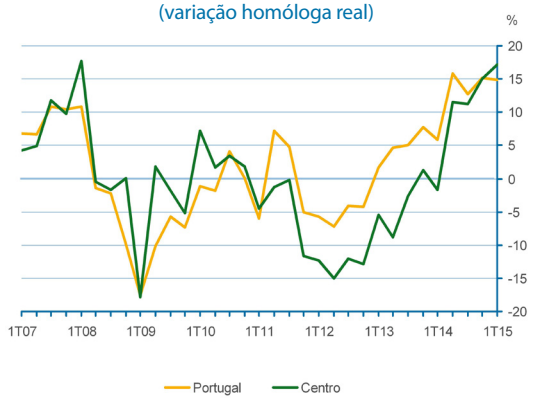
18,6%
foi o crescimento das dormidas na região face a igual período do ano anterior

O setor do turismo continuou, neste primeiro trimestre de 2015, a evidenciar um grande dinamismo, tanto na Região Centro como no país. Na região, registaram-se os maiores crescimentos homólogos dos últimos anos em hóspedes (19,5%), dormidas (18,6%) e nos proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros (17,2%). Ainda assim, a estada média na região manteve-se nas 1,6 noites, valor habitualmente registado no primeiro trimestre de cada ano e abaixo da média nacional (2,6 noites). Para a evolução regional dos proveitos totais contribuiu o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento, que representavam, neste trimestre, 67% do total de proveitos dos estabelecimentos hoteleiros da região.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros
(variação homóloga)



Proveitos totais
(variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo*		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
							média trimestral	
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	2 801	3 339	5 646	4 594	2 524	4 026	3 593
	v. h. (%)	11,0	13,4	11,2	14,6	7,7	12,0	3,8
Centro	milhares	433	507,6	825	630	363	581	519
	v. h. (%)	19,5	16,1	13,8	13,2	1,0	11,9	-0,5
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	7 212	8 658	18 037	12 960	6 468	11 530	10 392
	v. h. (%)	11,5	13,2	9,7	14,5	4,9	11,0	4,8
Centro	milhares	692	848	1 637	1 075	583	1 036	934
	v. h. (%)	18,6	15,4	12,9	12,6	-2,3	10,9	-0,9
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	n.º noites	2,6	2,6	3,2	2,8	2,6	2,9	2,9
Centro	n.º noites	1,6	1,7	2,0	1,7	1,6	1,8	1,8
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares €	329 043	416 188	891 143	608 073	286 705	550 527	488 642
	v. h. real (%)	14,9	15,1	12,7	15,8	5,9	13,0	5,0
Centro	milhares €	29 512	38 899	68 446	44 353	25 213	44 228	40 320
	v. h. real (%)	17,2	15,1	11,2	11,5	-1,7	10,0	-3,9

* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre.
Os valores de 2014 são provisórios. Os valores de 2015 são provisórios exceto os dados dos dois meses mais recentes que correspondem a dados preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

13,1%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos licenciados para habitação familiar na região

-21%

foi a evolução homóloga regional das obras concluídas

No primeiro trimestre de 2015, na região, observou-se a deterioração de quase todos os indicadores de obras licenciadas e concluídas face ao trimestre homólogo, apesar de, em alguns casos, a um ritmo menos intenso do que nos trimestres anteriores. Apenas os novos fogos licenciados para habitação familiar e a avaliação bancária da habitação registaram uma evolução positiva.

O licenciamento de edifícios na região voltou, neste trimestre, a ser marcado por uma diminuição homóloga (-16,9%), bem como o licenciamento de construções novas (-6%). Apenas o licenciamento de novos fogos para habitação familiar aumentou face ao período homólogo (13,1%), mantendo-se a tendência já evidenciada no trimestre anterior. Neste trimestre, foram licenciados na região 1.155 edifícios, novo mínimo histórico desde o início da série em 2006.

Também as obras concluídas voltaram a diminuir significativamente na região, tendo sido concluídos neste trimestre 1.119 edifícios. O total de edifícios concluídos caiu 21%, as construções novas de edifícios decresceram 15,4% e os novos fogos concluídos para habitação familiar diminuíram 30,2% face a igual período do ano anterior. Apesar destas evoluções nas obras concluídas, que também se verificaram a nível nacional, podem constatar-se diminuições menos intensas do que nos trimestres anteriores.

Os empréstimos concedidos para habitação voltaram, neste trimestre, a assumir novos mínimos históricos, tendo diminuído em termos homólogos reais 3,4% na região e 3,5% no país. Simultaneamente, o crédito à habitação vencido continuou a aumentar face a igual período do ano anterior (5,1% na região e 3,9% no país, em termos reais), mantendo-se, no entanto, a tendência de desaceleração relativamente aos trimestres anteriores. Neste trimestre, o peso do crédito à habitação vencido no crédito à habitação concedido era de 2,5% na região e 2,8% no país.

Quadro 10 – Construção e Habitação		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
							média trimestral	
Edifícios licenciados								
Portugal	número	3 871	3 788	3 755	3 985	3 923	3 863	4 078
	v. h. (%)	-1,3	-4,4	-6,3	-4,6	-5,8	-5,3	-21,5
Centro	número	1 155	1 242	1 288	1 344	1 390	1 316	1 440
	v. h. (%)	-16,9	-10,3	-9,8	-9,0	-5,4	-8,6	-13,5
Construções novas	número	734	790	753	782	781	777	806
	v. h. (%)	-6,0	4,4	-9,3	-6,7	-2,1	-3,6	-12,6
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	13,1	15,1	-4,1	1,5	-15,6	-1,3	-29,9
Edifícios concluídos*								
Portugal	número	3 122	3 206	3 390	3 710	4 194	3 625	5 770
	v. h. (%)	-25,6	-35,7	-42,3	-35,4	-35,3	-37,2	-11,0
Centro	número	1 119	1 108	1 207	1 268	1 416	1 250	1 888
	v. h. (%)	-21,0	-34,5	-36,1	-32,7	-32,1	-33,8	-9,6
Construções novas	número	705	675	754	801	833	766	1 285
	v. h. (%)	-15,4	-39,5	-41,6	-36,8	-43,2	-40,4	-15,4
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-30,2	-58,3	-44,5	-51,6	-52,7	-51,7	-29,8
Empréstimos concedidos para habitação								
Portugal	v. h. real (%)	-3,5	-3,5	-2,8	-3,1	-3,4	-3,2	-3,9
Centro	v. h. real (%)	-3,4	-3,4	-2,8	-3,1	-3,5	-3,2	-3,9
Crédito à habitação vencido**								
Portugal	v. h. real (%)	3,9	8,1	13,4	13,7	9,2	11,1	4,9
Centro	v. h. real (%)	5,1	5,4	15,8	10,7	5,7	9,4	2,1
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m²	1 010,7	1 008,3	1 026,7	997,0	1 001,3	1 008,3	1 006,1
	v. h. real (%)	1,0	-0,7	1,8	0,2	0,7	0,5	-3,5
Centro	€/m²	846,3	848,3	850,0	829,7	836,3	841,1	840,3
	v. h. real (%)	1,3	0,3	1,1	-0,6	0,7	0,4	-4,8

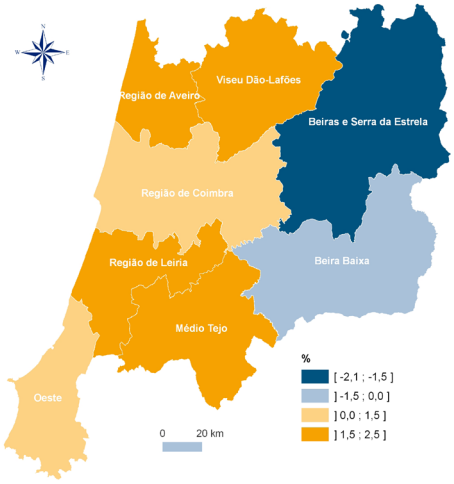
* Os valores de 2013, 2014 e 2015 são dados provisórios estimados. A informação anterior corresponde a dados revistos.
** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

A avaliação bancária da habitação aumentou na Região Centro (1,3%), acompanhando a tendência nacional (1%). Neste trimestre, em termos médios, cada metro quadrado destinado a habitação foi avaliado pelas entidades bancárias em 846,3 euros na região e em 1.010,7 euros no país.

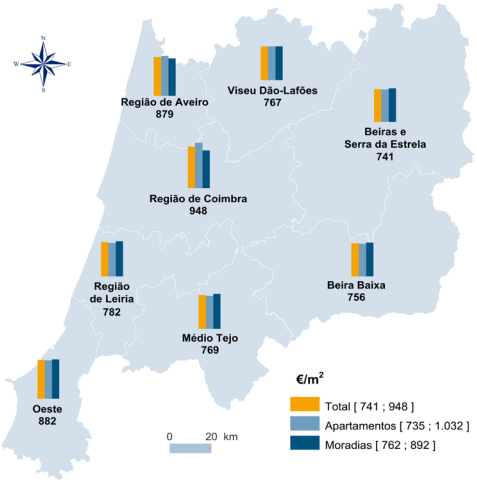
A nível sub-regional, seis das oito regiões NUTS III registaram variações homólogas reais positivas no valor médio da avaliação bancária, tendo o maior acréscimo ocorrido em Viseu Dão-Lafões (2,5%). Já a sub-região Beiras e Serra da Estrela foi a que registou o maior decréscimo homólogo real (-2,1%) neste trimestre.

Considerando as diferentes tipologias de habitação verificou-se que tanto a avaliação bancária dos apartamentos como das moradias aumentou em termos homólogos reais neste trimestre (1,9% e 0,8%, respetivamente). A Região de Coimbra manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária da habitação mais elevada (948€/m2) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.032€/m2). Neste trimestre, o Oeste apresentava a valorização mais elevada para as moradias (892€/m2).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2015



Avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2015



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor diminuiu novamente face ao trimestre homólogo, na região e no país. No que respeita ao consumo privado, parecem existir alguns sinais de retoma.

O nível médio de preços, avaliado pelo Índice de Preços no Consumidor, registou neste trimestre na região e no país uma diminuição face ao período homólogo (0,2% e 0,1%, respetivamente). Entre as quatro classes com variações homólogas negativas na região destaca-se a dos "transportes" (-3,2%) e a do "lazer, recreação e cultura" (-1,8%). Nas classes de despesa com aumentos homólogos, que foram a maioria, destaca-se o aumento dos preços nas "bebidas alcoólicas e tabaco" (3%) e nas "comunicações" (2,4%).

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, na região e no país, ao aumento homólogo real das entradas de bens de consumo (com origem em mercados intracomunitários), ao aumento homólogo das receitas de cinema, dos levantamentos e pagamentos em caixas multibanco e das compras em terminais de pagamento automático. Todos estes indicadores apresentaram evoluções que podem traduzir sinais de retoma do consumo privado.

-0,2%
foi a taxa de inflação homóloga regional

31,1%
foi o crescimento homólogo real das receitas de cinema

Apenas as variáveis relacionadas com o crédito para consumo continuaram a apresentar evoluções desfavoráveis face ao trimestre homólogo. Os empréstimos concedidos para consumo e outros fins registaram, uma vez mais, uma variação homóloga real negativa, apesar de se notar uma tendência de desaceleração nos últimos trimestres. Também o peso do crédito para consumo vencido na região (13,3%) continua a assumir valores muito próximos do máximo registado nesta série (13,6%), tendo a média nacional atingido, neste trimestre, novo máximo desde 2009 (14,7%).

Quadro 11 – Preços		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
							média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	-0,1	-0,1	-0,5	-0,3	-0,1	-0,3	0,3
Centro	v. h. (%)	-0,2	-0,2	-0,6	-0,3	-0,1	-0,3	0,1
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	0,5	0,0	-3,0	-1,8	-0,1	-1,2	1,7
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	3,0	2,9	3,3	2,5	3,4	3,0	4,1
Vestuário e calçado	v. h. (%)	0,0	0,2	-0,5	-0,3	1,3	0,1	-0,7
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-0,5	1,0	1,3	1,5	1,2	1,2	1,9
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	1,0	1,3	-0,2	-0,7	-1,3	-0,2	-0,5
Saúde	v. h. (%)	0,5	0,4	0,9	0,5	1,3	0,8	1,5
Transportes	v. h. (%)	-3,2	-3,2	-0,4	-0,4	-2,4	-1,6	-2,9
Comunicações	v. h. (%)	2,4	0,1	0,3	1,1	2,7	1,1	0,5
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-1,8	-1,9	-1,8	-1,3	-1,1	-1,5	0,0
Educação	v. h. (%)	0,7	0,6	0,8	0,8	0,8	0,8	1,2
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	0,9	0,4	0,1	0,2	0,5	0,3	1,0
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	-0,5	-0,6	-0,3	-0,6	-0,4	-0,5	-0,3

Quadro 12 – Consumo Privado		1T15	4T14	3T14	2T14	1T14	2014	2013
							média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	11.8	9.2	4.6	5.5	10.1	7.3	10.4
Centro	v. h. real (%)	3.1	-1.6	-3.7	-2.0	16.0	1.6	16.3
Receitas de cinema**								
Portugal	v. h. real (%)	20.9	5.9	-16.4	2.7	-4.9	-4.0	-11.7
Centro	v. h. real (%)	31.1	5.5	-24.1	0.9	-7.3	-3.9	-7.6
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	-3.5	-4.3	-4.9	-6.4	-7.5	-8.6	-11.7
Centro	v. h. real (%)	-3.4	-4.6	-5.0	-6.2	-7.9	-8.7	-12.5
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	14.7	14.4	14.1	13.7	13.6	14.0	12.7
Centro	%	13.3	13.2	13.6	13.4	12.9	13.3	12.0
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	1.6	1.0	3.7	1.6	-0.9	1.4	0.6
Centro	v. h. real (%)	1.6	0.7	3.1	1.4	-1.5	1.0	-1.3
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	6.6	0.3	7.7	4.7	2.1	3.9	1.6
Centro	v. h. real (%)	5.5	-0.6	6.9	5.5	2.2	3.6	2.3
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	9.3	9.4	8.1	6.8	3.9	7.2	0.4
Centro	v. h. real (%)	7.1	8.3	7.3	6.5	3.4	6.5	0.3

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2013 são definitivos, os de 2014 são provisórios e os de 2015 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

** Os dados de 2015 das receitas de cinema são provisórios.s.

*** Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

Até ao final de março de 2015, estavam aprovados 6,5 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, para comparticipação de projetos com um investimento previsto na região de 10,8 milhões de euros. A região mantém-se como a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do país.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, a aprovação de 4.409 operações envolvia uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, o que reflete uma gestão de *overbooking*. A taxa de execução do Mais Centro era, nesta data, de 85,6%.

6,5 mil

milhões de euros de fundos comunitários do QREN aprovados no Centro de Portugal

85,6%

foi a taxa de execução do Mais Centro no final de março de 2015

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região phasing-out (Algarve); região phasing-in (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Após a reprogramação dos Programas do QREN, submetida à Comissão Europeia em julho de 2011 e aprovada em meados de dezembro de 2011, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana
- Eixo 4: Assistência técnica.

Até ao final de março de 2015 estavam aprovados 6,5 milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, com um investimento previsto na Região Centro de 10,8 milhões de euros. Com o valor de fundos comunitários aprovados era alavancado na região um investimento de cerca do dobro (por cada euro de fundos comunitários aprovados é previsto um investimento total de cerca de 1,7 euros).

Os programas do QREN que concentram o maior valor de fundos comunitários aprovados no Centro continuam a ser o Mais Centro e o PO PH (27,9% e 32,6%, respetivamente do total de fundos QREN aprovados na região). Já relativamente ao peso que os projetos regionais assumem no total das aprovações nacionais de fundos comunitários, em cada um dos programas operacionais, tem-se destacado, de forma sistemática, o PO FC (36,3% do total de FEDER aprovado no país no PO FC respeita a projetos na Região Centro).

No que concerne apenas ao Programa Operacional Regional - Mais Centro, estavam aprovados 4.409 projetos, envolvendo um investimento total estimado de 2,7 mil milhões de euros e um cofinanciamento através de fundo comunitário FEDER de 1,8 mil milhões de euros. Nesta fase final do período de programação, o compromisso é mais elevado do que a dotação disponível (1.696,6 milhões de euros), significando uma gestão de *overbooking*.

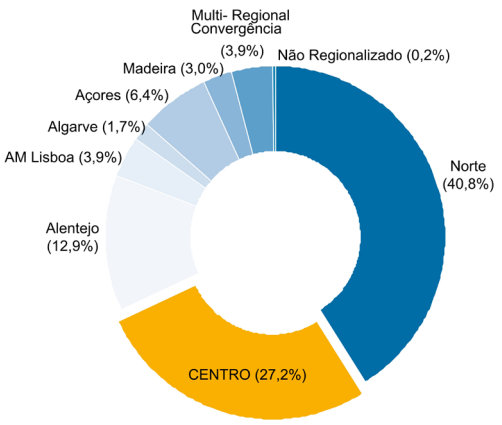
Quadro 13 – O QREN no Centro
(até 31 de março de 2015)

		CENTRO				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas						
Investimento (custo) total	milhões €	10 765	2 720	2 895	3 590	1 559
	% do total nacional	27,5	21,0	30,1	37,2	23,0
Investimento (custo) elegível	milhões €	9 674	2 315	2 895	3 107	1 357
	% do total nacional	27,6	20,6	30,1	36,6	24,6
Fundo comunitário	milhões €	6 481	1 808	2 112	1 455	1 106
	% do QREN (total) da região	100,0	27,9	32,6	22,5	17,1
	% do total nacional	27,4	22,8	30,2	36,3	24,0

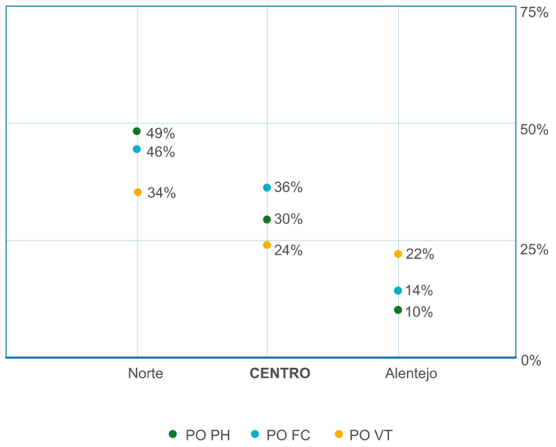
O Centro tem-se mantido sempre como a segunda região a beneficiar mais dos vários instrumentos financeiros do QREN, concentrando 27,2% do valor de despesa validada de fundos comunitários FEDER, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu no país.

Entre as três regiões de convergência, o Centro continua a manter-se com níveis de absorção de despesa validada mais elevados do que o Alentejo mas inferiores aos do Norte no que respeita aos programas operacionais temáticos. No conjunto, estas três regiões de convergência do Continente concentravam grande parte da despesa validada de fundos comunitários (89% no PO PH, 95% no PO FC e 80% no PO VT).

Distribuição dos fundos comunitários executados por região
(31 de março de 2015)



Relevância das três regiões convergência do Continente nos fundos comunitários executados pelos Programas Operacionais Temáticos
(31 de março de 2015)



Tal como já foi referido, à data de 31 de março de 2015 e à semelhança dos restantes programas operacionais, os níveis de aprovações do Mais Centro (1.807,6 milhões de euros) são superiores ao valor total de fundo comunitário FEDER programado para todo o período de programação, e revisto com a reprogramação dos programas (1.696,6 milhões de euros),

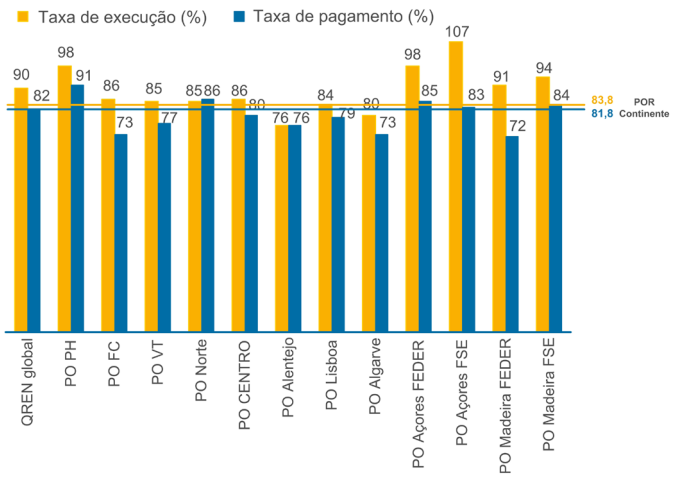
o que significa uma gestão de *overbooking*. A taxa de compromisso é assim superior a 100%, mais concretamente 106,5%, nesta data. Esta situação deve-se à previsão de descomprometimento de FEDER não utilizado em algumas operações que ainda decorrem e do facto de alguns projetos serem encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, libertando verbas de fundo comunitário suficientes para todas as aprovações.

Estando o QREN a finalizar o seu período de programação, a principal prioridade é a execução dos projetos. Estão validados 1.452,8 milhões de euros de despesa de FEDER, o que corresponde a uma taxa de execução de 85,6%. Desde o final de 2009 que a taxa de execução do Mais Centro se mantém acima da registada, em termos médios, pelos diferentes PO regionais do Continente e inferior à média do QREN (83,8% e 90%, respetivamente, no final do primeiro trimestre de 2015). Face ao final de março de 2014, a taxa de execução do programa regional aumentou 13,4 p.p., o que se deveu a um crescimento da despesa validada de 228,1 milhões de euros

O montante de fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos cifrava-se em 1.450,7 milhões de euros, estando assim pela primeira vez abaixo da despesa já validada, resultando numa taxa de pagamento (relação entre o FEDER pago e o FEDER aprovado) de 80,3% e numa taxa de reembolso (relação entre o FEDER pago e o FEDER validado) ligeiramente inferior a 100% (99,9%).

Quadro 14 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		mar/15	dez/14	set/14	jun/14	mar/14
Execução Financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	1 841,0	1 774,7	1 677,7	1 611,0	1 558,0
Fundo comunitário	milhões €	1 452,8	1 400,6	1 320,6	1 270,1	1 224,7
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	1 450,7	1 412,6	1 348,8	1 306,0	1 254,0
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	106,5	106,6	105,0	105,5	104,0
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	85,6	82,6	77,8	74,9	72,2
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	80,4	77,4	74,2	70,9	69,4
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	80,3	78,1	75,7	72,9	71,1
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	99,9	100,9	102,1	102,8	102,4

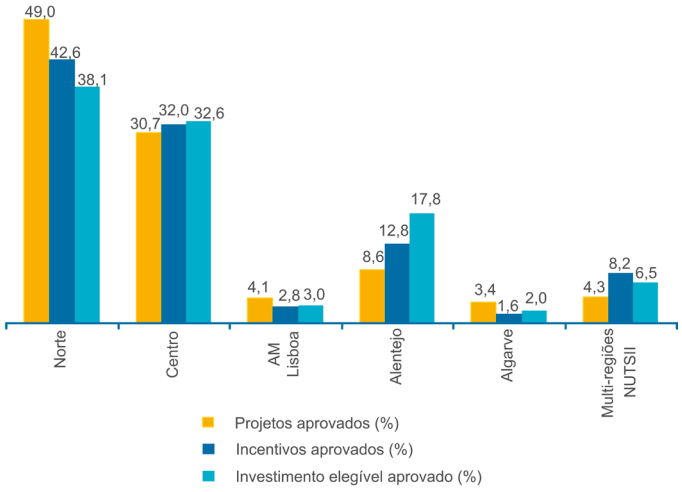
Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional
(31 de março de 2015)



Os Sistemas de Incentivos têm sido os instrumentos financeiros do QREN destinados ao apoio às empresas. Ao longo do período de programação deste quadro comunitário, a Região Centro tem evidenciado um desempenho muito favorável na Agenda Temática da Competitividade e, nomeadamente, no que respeita aos Sistemas de Incentivos.

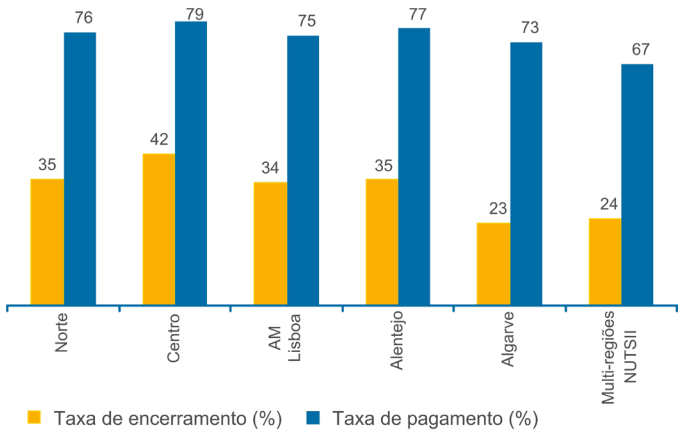
Até ao final do primeiro trimestre de 2015, estavam aprovados nos Sistemas de Incentivos 3.246 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 1,3 mil milhões de euros no âmbito do Mais Centro e do PO FC. Estes projetos envolviam um investimento elegível previsto de 2,9 mil milhões de euros. Face ao total aprovado nos Sistemas de Incentivos no Continente, este volume de aprovações na região representava 32,0% do total de incentivos aprovados e 32,6% do total de investimento elegível. O peso dos incentivos aprovados às empresas na região mantém-se superior ao peso do número de projetos aprovados, o que não tem acontecido em todas as restantes regiões e que aponta para uma elevada dimensão média dos projetos empresariais regionais.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (31 de março de 2015)



Praticamente todos os projetos aprovados nos sistemas de incentivos, na Região Centro, se encontravam nesta data contratados (3.245) e destes 1.237 estavam já encerrados. A taxa de encerramento (incentivo final de projetos encerrados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 42% e a taxa de pagamento (pagamentos efetuados/incentivo aprovado dos projetos contratados) de 79%, refletindo o melhor desempenho regional em termos de encerramentos e de pagamentos.

Taxa de encerramento e taxa de pagamentos dos Sistemas de Incentivos às empresas na Agenda da Competitividade (31 de março de 2015)



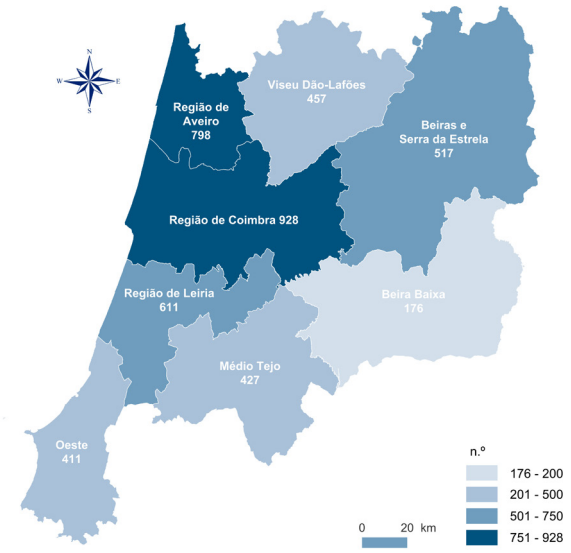
Relativamente aos apoios às micro e pequenas empresas através dos Sistemas de Incentivos apenas do Mais Centro, estavam aprovados 2.174 projetos empresariais na região, que se traduziam em 597,1 milhões de euros de investimento elegível, 374,4 milhões de euros de incentivos aprovados e 257 milhões de euros de execução de fundo comunitário. A taxa de execução dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro (fundo/incentivo contratado) era de 69%.

Em termos de realização, foram já apoiadas na região, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, 1.906 empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, das quais 450 são novas empresas/start-up e 186 são novas empresas/start-up de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

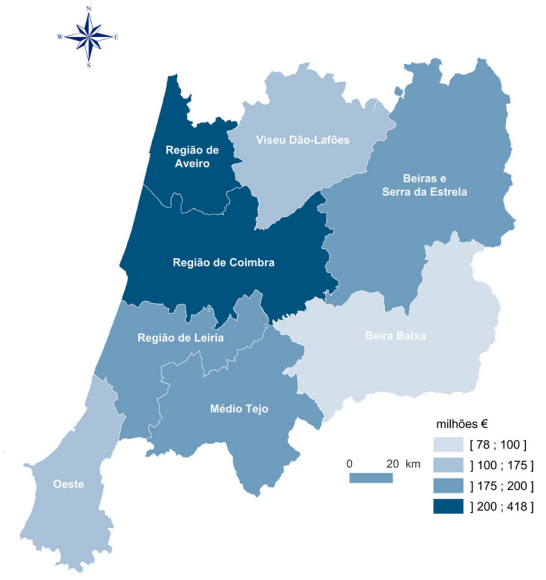
Em 2013 foi ainda disponibilizado no Mais Centro um novo regulamento dirigido totalmente às microempresas de territórios de baixa densidade para apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego: Programa Valorizar - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). No final de março de 2015, estavam aprovados 247 projetos na Região Centro. Dada a natureza desta tipologia de projetos, os investimentos envolvidos são reduzidos, estando aprovados cerca de 5,7 milhões de euros de investimento elegível e 4,4 milhões de euros de FEDER.

No que respeita à distribuição sub-regional do FEDER na Região Centro, no âmbito do Mais Centro, verifica-se que os maiores valores de aprovações e de despesa validada se registam nas Comunidades Intermunicipais (CIM) Região de Coimbra e Região de Aveiro. Já quanto à capacidade de executar os projetos, avaliada pela taxa de realização, ou seja pelo peso que a despesa validada tem no total de FEDER aprovado, os maiores valores registavam-se nas CIM Beiras e Serra da Estrela, Viseu Dão-Lafões e Beira Baixa.

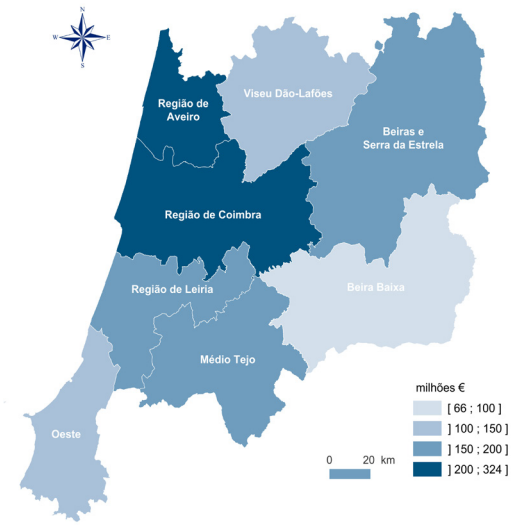
Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro (31 de março de 2015)



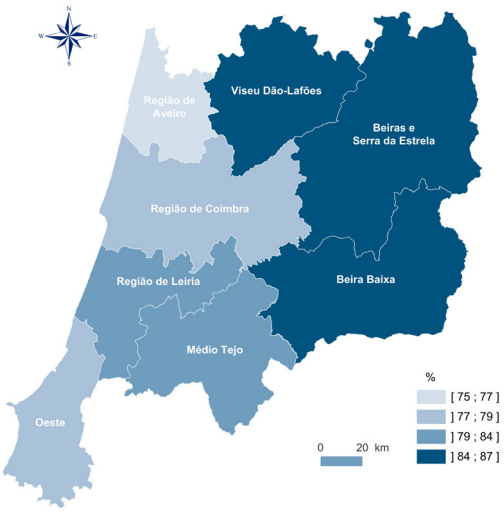
Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Mais Centro (31 de março de 2015)



Despesa validada de fundo comunitário no âmbito do Mais Centro
(31 de março de 2015)



Taxa de realização no âmbito do Mais Centro
(31 de março de 2015)



FONTES

Enquadramento Nacional

INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Mercado de Trabalho

INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

Desemprego Registado

IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal
- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A.
- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio e NUTS II

Secções selecionadas:

I – Animais vivos e produtos do reino animal

IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados

VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas

VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras

IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria

X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras

XI – Matérias têxteis e suas obras

XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras

XV – Metais comuns e suas obras

XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios

XVII – Material de transporte

Turismo

INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal
- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)

ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
- Receitas de cinema

SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
- Transações realizadas em Caixas Automáticos por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal
- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

Comissão Técnica de Coordenação do QREN
- Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 25, 26 e 27

Autoridade de Gestão do Mais Centro

Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

A informação contida no "Centro de Portugal – Boletim Trimestral" do primeiro trimestre de 2015 foi recolhida até ao dia 12 de junho de 2015.

Co-financiamento:

ccdrc comissão de coordenação e desenvolvimento regional do centro

mais CENTRO Programa Operacional Regional do Centro

QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL PORTUGAL 2007.2013

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional